




IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!


ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO e COMITÊ DE INVESTIMENTOS IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLINA.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro ano de dois mil e treze (2013), às 09:30 (nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com o Conselho Deliberativo, conforme Portaria número 1550/09 de 27/11/09, com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Tadeu Plinio da Silva (representante do Sindsemp), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo), Walter Caldas (representante do Executivo), José Alves de Albuquerque (representante do Sindsemp) e Cidivane Torres da Silva, (representante da Câmara Municipal de Vereadores) para nos termos do Art. 65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação, também estava presente o Conselho Fiscal. O presidente passou a palavra para o Dr. Ricardo Cicarelli de Melo que através de data show fez apresentação da avaliação atuarial de 2012. Durante apresentação fez uma definição do que é uma avaliação atuarial. Em seguida mostrou os dados da avaliação atuarial de 2012 do IGEPREV, entre eles podemos destacar: Tabuas do IBGE de 2004 a 2013; dados analisados dos ativos, inativos, pensão; inconsistências encontradas; contribuição atual, sendo um total de 25,30%; estatística dos segurados; quadro funcional; futuras aposentadorias de 2012 a 2022; resultado das reservas técnicas; custo normal e especial de 2012 a 2044; comparativos de 2009 a 2012. Os dados da folha mensal do IGEPREV até o final de 2012 são os seguintes: Inativos 552 – R\$-772.110,02 (setecentos e setenta e dois mil cento e dez reais e dois centavos), Pensões 154 – R\$-160.486,89 (cento e sessenta mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta e nove centavos), um total de 706 benefícios totalizando um valor de R\$-902.596,91 (novecentos e dois mil quinhentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos). O atuário ainda abordou os seguintes tópicos: População Inativa (resultados e comparativos); justificativas para o aumento déficit atuarial; atuarial 2013 e Premissas

atuariais. Após apresentação, o Dr. Ricardo Cicarelli ficou a disposições dos presentes. Alguns conselheiros fizeram indagações a respeito do que foi apresentado e logo em seguida, o Dr. Ricardo respondeu as intervenções dos conselheiros, concluindo desta forma, sua participação nesta reunião. Nada mais a deliberar, o Presidente encerrou a reunião, e para os efeitos legais foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada vai assinada pelos Conselheiros presentes. Petrolina, 26 de fevereiro de 2013.


Antonio Carlos Rocha
Presidente /Rep. Inativos


Walter Pereira Caldas
(Rep. Executivo)


José Alves Albuquerque Neto
(Rep. Sindsemp)


Cidivane Torres da Silva
Secretária/Rep. Câmara


Clodoaldo da Silva Barbosa
(Rep. Executivo)

Tadeu Plinio da Silva
(Rep. Sindsemp)



IGEPREV

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!

**ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS
DO IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO
MUNICÍPIO DE PETROLINA.**

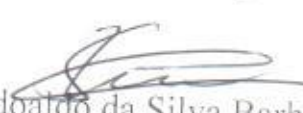
Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e treze (2013), às 09hr30min(nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Tadeu Plínio da Silva (representante do Sindsemp), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo) e Cidivane Torres da Silva (representante do Legislativo) para nos termos do Art.65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação. O presidente Antonio Carlos iniciou a sessão provocando uma ampla discussão sobre as ações do IGEPREV para este ano. Em seguida, os conselheiros discutiram sobre projeto de alteração da Lei 1.990/07, incluindo nesta alteração a reforma administrativa do IGEPREV. O diretor-presidente Paulo Valgueiro distribuiu com os conselheiros o relatório financeiro trimestral do Instituto que foi analisado e aprovado pelos conselheiros. Petrolina, 08 de maio de 2013.


Antonio Carlos Rocha
Presidente/Rep.Inativos


Walter Pereira Caldas
(Rep.Executivo)


José Alves Albuquerque Neto
(Rep.Sindsemp)


Cidivane Torres da Silva
Secretária/Rep.Câmara


Clodoaldo da Silva Barbosa
(Rep.Executivo)


Tadeu Plínio da Silva
(Rep.Sindsemp)



IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!

**ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
e COMITÊ DE INVESTIMENTOS IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO
PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLINA.**

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (2013), às 09:30 (nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com o Conselho Deliberativo, conforme Portaria número 1550/09 de 27/11/09, com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo), José Alves de Albuquerque (representante do Sindsemp) e Cidivane Torres da Silva, (representante da Câmara Municipal de Vereadores) para nos termos do Art. 65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação. Os conselheiros Tadeu Plínio e Walter Caldas justificaram suas ausências. O presidente iniciou a sessão e em seguida houve entre os conselheiros uma avaliação da última gestão do IGEPREV, pela qual solicitamos ao gestor em Exercício Edgar Costa Rodrigues as seguintes informações: situação fisco financeira da construção da sede; levantamento dos custos efetivos, inclusive com fornecimento dos nomes dos beneficiários das diárias e passagens pagas por este Instituto dos anos de 2012 e 2013; posição quanto aos recolhimentos previdenciários por todos os entes. O conselho solicitou via seu Diretor Executivo audiência com o senhor Prefeito para tratar de assuntos pertinentes a este Instituto, mas precisamente pela vacância do cargo de Diretor Presidente do Instituto, morosidade de retorno dos pleitos enviados a Procuradoria Geral do Município e estudos para reestruturação da Lei 1.990/07. Finalmente o Conselho convoca reunião conjunta com o Conselho Fiscal para o dia 17 de julho, as 09 horas da manhã. Nada mais a deliberar, o Presidente encerrou a reunião, e para os efeitos legais foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada vai assinada pelos Conselheiros presentes. Petrolina, 11 de julho de 2013.

após 9/12
Antonio Carlos Rocha
Presidente /Rep. Inativos

Justificada
Walter Pereira Caldas
(Rep. Executivo)

Justificada
José Alves Albuquerque Neto
(Rep. Sindsemp)

Cidivane Torres da Silva
Cidivane Torres da Silva
Secretária/Rep. Câmara

[Signature]
Clodoaldo da Silva Barbosa
(Rep. Executivo)

Justificada
Tadeu Plinio da Silva
(Rep. Sindsemp)



IGEPREV INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!


ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO e COMITÊ DE INVESTIMENTOS IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLINA.

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (2013), às 09:30 (nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com o Conselho Deliberativo, conforme Portaria número 1550/09 de 27/11/09, com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo), Walter Caldas (Representante do Executivo), José Alves de Albuquerque (representante do Sindsemp) e Cidivanê Torres da Silva, (representante da Câmara Municipal de Vereadores) para nos termos do Art. 65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação. O conselheiro Tadeu Plínio justificou sua ausência. Estavam presente os membros do Conselho Fiscal. O presidente iniciou a sessão e em seguida indagou o Conselho Fiscal a respeito do relatório dos custos efetivos do Instituto do ano de 2012. O presidente Antonio Carlos sugeriu que na próxima reunião, o Diretor Presidente do IGEPREV convide o Engenheiro responsável pela Construção da Sede do IGEPREV, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre o prazo determinado para a entrega da obra. A reunião ficou marcada para o dia 07 de agosto às 09 horas. O presidente Antonio Carlos fez uma proposta de que qualquer investimento do IGEPREV passe pela avaliação do Comitê de Investimento. Na oportunidade também solicitou do Comitê de Investimento um levantamento do resultado dos Investimentos do Instituto do ano de 2012 até a presente data. O presidente Antonio Carlos colocou para aprovação do Conselho Deliberativo e Fiscal uma viagem de três conselheiros para a cidade de Nilópolis para o conhecimento do funcionamento do Instituto Previdenciário daquela cidade, devendo os mesmos trazer o relatório técnico da referida viagem para apresentação aos conselhos. A proposta da viagem foi aprovada por unanimidade. Nada mais a deliberar, o Presidente encerrou a reunião, e para os efeitos legais foi lavrada a presente ata que

após lida e aprovada vai assinada pelos Conselheiros presentes. Petrolina,
17 de julho de 2013.


Antonio Carlos Rocha
Presidente/Rep.Inativos


Walter Pereira Caldas
(Rep. Executivo)

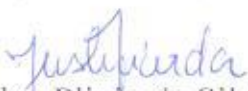

José Alves Albuquerque Neto
(Rep. Sindsemp)


Luzia Linz Bezerra
(Presidente do Conselho Fiscal)


Silvana Novais de Assis
Rep.do Executivo


Cidivane Torres da Silva
Secretária/Rep. Câmara


Clodoaldo da Silva Barbosa
(Rep. Executivo)


Tadeu Plínio da Silva
(Rep. Sindsemp)


Maria do Socorro G.da S.Pereira
(Rep.do Sindsemp)



IGEPREV

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA

O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO e COMITÊ DE INVESTIMENTOS IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLINA.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze (2013), às 09:30 (nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com o Conselho Deliberativo, conforme Portaria número 1550/09 de 27/11/09, com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo), Walter Caldas (Representante do Executivo), José Alves de Albuquerque (representante do Sindsemp) e Cidivane Torres da Silva, (representante da Câmara Municipal de Vereadores) para nos termos do Art. 65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação. O conselheiro Tadeu Plínio justificou sua ausência. Estavam presentes os membros do Conselho Fiscal. O presidente Antonio Carlos iniciou a reunião dando boas vindas ao novo Diretor Presidente do Igeprev Ney Siqueira e disse que os conselhos estão prontos a contribuírem com a sua gestão. O diretor Presidente Ney Siqueira fez alguns esclarecimentos a respeito da realidade do IGEPREV, destacando o orçamento Plurianual do Instituto. Logo após, o diretor presidente Ney Siqueira fez uma pequena explanação referente a obra da Sede do Instituto e explicou os motivos pelos quais a obra não foi finalizada. Enfatizou que o contrato da empresa foi encerrado e que será necessário um novo certame de licitação para a conclusão da obra. O senhor Ney Siqueira informou ainda, que se tudo ocorrer dentro da legalidade, provavelmente a obra será entregue no mês de outubro do corrente ano. O engenheiro da Empresa que construiu a Sede, senhor Paulo falou sobre a planilha do Contrato encerrado e apresentou o que necessita para finalizar a obra. O presidente Antonio Carlos se colocou a disposição do Instituto para ajudar no processo de finalização da referida obra. O diretor presidente Ney Siqueira disse que é preciso autorização do Conselho Deliberativo para contratação de um engenheiro para a elaboração de um projeto de conclusão da obra. O conselho aprovou a

contratação do Engenheiro por unanimidade, conforme solicitação do diretor presidente. Ato contínuo, o conselheiro José Alves sugeriu que fosse contratado segurança para o prédio da Sede Própria do Instituto que está em construção, a fim de evitar que o mesmo seja depredado. Colocada em votação, a proposta do conselheiro foi aprovada por unanimidade. O presidente Antonio Carlos de forma sucinta fez um relato da viagem a cidade de Nilópolis, para uma visita de conhecimento ao Instituto de Previdência da referida cidade. No relatório, o senhor Antonio Carlos mostrou os pontos positivos do Instituto, destacando que o mesmo dispõe de uma procuradoria própria, contabilidade e Comissão de Licitação. Finalmente, o senhor Ney Siqueira comentou sobre as alterações que serão feitas na Lei 1990/07 e que posteriormente a minuta das alterações será apresentada aos Conselheiros. Nada mais a deliberar, o Presidente encerrou a reunião, e para os efeitos legais foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada vai assinada pelos Conselheiros presentes. Petrolina, 12 de agosto de 2013.



Antonio Carlos Rocha
Presidente /Rep.Inativos


Walter Pereira Caldas
(Rep. Executiva)


José Alves Albuquerque Neto
(Rep. Sindsemp)


Cidivane Torres da Silva
Secretária/Rep. Câmara


Clodoaldo da Silva Barbosa
(Rep. Executivo)


Tadeu Plinio da Silva
(Rep. Sindsemp)



IGEPREV

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO MUNICÍPIO DE PETROLINA


O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS
DO IGEPREV – INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO
MUNICÍPIO DE PETROLINA.**

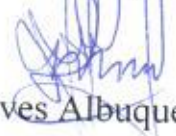
Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze (2013), às 09hr30min(nove horas e trinta minutos) horas, na sala de reuniões da Junta Médica do IGEPREV, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, número 939, centro, Petrolina, Pernambuco, foi realizada reunião com a presença dos seguintes membros: Sr. Antonio Carlos Rocha (representante dos Inativos e pensionistas), Clodoaldo da Silva Barbosa (representante do Executivo) Cidivane Torres da Silva (representante do Legislativo) e Walter Pereira Caldas (representante do Executivo) para nos termos do Art.65 fazer análise e deliberação da pauta conforme Edital de Convocação. O conselheiro Tadeu Plinio justificou sua ausência. O presidente Antonio Carlos iniciou a sessão informando que nessa reunião o conselho iria fazer uma análise dos quatro anos de mandato. Na oportunidade, o Presidente Antonio Carlos com a anuência dos demais conselheiros solicitou do diretor-presidente do Igeprev, senhor Ney Siqueira os seguintes documentos: relatório de gestão financeira em aplicações e saldo de contas correntes; posição das contribuições patronais e dos servidores dos entes filiados ao IGEPREV; posição dos parcelamentos dos entes; cópia do parecer dos exercícios fiscais elaborado pelo CONSELHO FISCAL dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013(até outubro/2013); relação do quadro funcional com cargo, função, salário e vínculo; relação dos contratos, valores e prazos; relatório sintético de produtividade da Junta Médica; relatório de situação atual de compensação previdenciária; relatório da posição da digitalização das pastas funcionais; relatório nominal do passivo do IGeprev, ressaltando que, todos esses documentos deverão ser entregues com 07(cópias), que deverá ser entregue no dia 25 de novembro a Secretária do Conselho Deliberativo, a Senhora Cidivane Torres da Silva. Os conselheiros fizeram uma ampla discussão sobre as atividades do Igeprev durante os quatro anos de mandato e não tendo mais assunto a tratar, o presidente Antonio Carlos declarou encerrada a reunião. Petrolina, 06 de novembro de 2013.


Antonio Carlos Rocha

Presidente/Rep.Inativos


Walter Pereira Caldas

(Rep.Executivo)


José Alves Albuquerque Neto

(Rep.Sindsemp)


Cidivane Torres da Silva

Secretária/Rep.Câmara


Clodoaldo da Silva Barbosa

(Rep.Executivo)


Tadeu Plinio da Silva

(Rep.Sindsemp)

R-2.1.1g

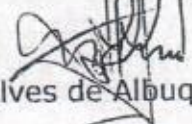
O SERVIDOR MUNICIPAL EM PRIMEIRO LUGAR!

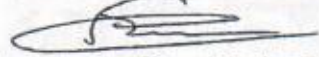
Ata da 34ª Reunião do Comitê de Investimentos do IGEPREV

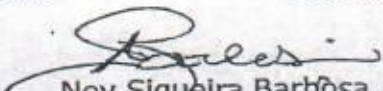
Ata da Trigesima Quarta (34ª) Reunião do Comitê de Investimento do IGEPREV – Instituto de Gestão Previdenciária do Município de Petrolina. Às 8:00hs. do dia vinte do mês de novembro do ano de 2013, na Sede do IGEPREV, sito à Rua Antônio Almeida de Carvalho nº 2247 – Centro, CEP: 56302-055 – Petrolina-PE. Reuniram-se os Membros do Comitê de Investimento do IGEPREV, para conhecimento de Proposta do Plano de Investimentos para exercício fiscal ano de 2014. Com a presença dos senhores Membros Sr. Walter Caldas, Jose Alves, Edgar Costa e Clodoaldo da Silva. Fizeram-se presentes os Srs. Ney Barbosa – Diretor Presidente do IGEPREV e o Sr. João Melo – Consultor da Plena Consultoria de Investimentos Ltda.(Consultoria Interna Contratada IGEPREV), que apresentou a proposta do Plano de Investimentos 2014 e sugestão de novas aplicações/ investimentos, tendo em vista desenquadramento % normativo e novos recursos correntes de contribuições mensais e rentabilidades dos mesmos, em busca de cumprimento da meta atuarial 2013. Após apresentação da proposta do Plano de Investimentos e de laminas de diversos papéis e esclarecimentos do consultor, aprovou-se o Plano de Investimentos 2014 e optou-se pelo remanejamento de investimentos de maior rentabilidade, buscando-se ganho de capital e meta atuarial. Deliberou-se ainda: Enquadramento de Norma: Resgatou-se do RF PERFIL BB no valor de R\$ 1.800.000,00 e Aplicou-se no IRF M1 Títulos Públicos FIC BB no valor de R\$ 1.800.000,00. Mudança de aplicação: Resgatou-se do BNB FI Renda Fixa Setor Público no valor de R\$ 130.485,28 e Aplicou-se no FIC FI Dividendos Ações BNB no valor de R\$ 130.485,28. Mudança de aplicação: Resgatar em 02/12/2013 a integra do saldo, do Caixa Brasil IMA-B Títulos Públicos Renda Fixa LP e Aplicação no Caixa Brasil IRF –M1 Títulos Públicos FI Renda Fixa, a integra do saldo. Mudança de aplicação: Resgatar do BB IMA-B5+ Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário e Aplicar-se no BB IRF IRFM1 Títulos Públicos FIC Renda Fixa Previdenciário. Mudança de aplicação: Resgatar do BB Fluxo FIC Renda Fixa Previdenciário e Aplicar-se no BB IRF IRFM1 Títulos Públicos FIC Renda Fixa Previdenciário. Deliberada a aplicação de novos recursos, conforme fluxo de caixa: Santander FIC IRF-M1 Títulos FI RF Fundo de Investimentos de renda Fixa no valor de R\$ 1.000.000,00. E, Nada mais a registrar ou declarar os Membros lavram e assinam esta Ata.

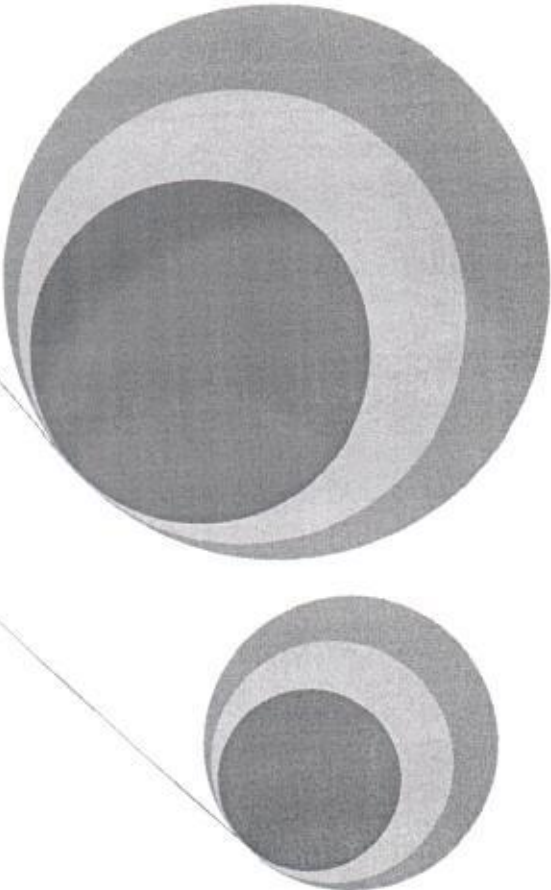

Walter Pereira Caldas


Edgar Costa Rodrigues


Jose Alves de Albuquerque


Clodoaldo da Silva Barbosa


Ney Siqueira Barbosa
Diretor Presidente do IGEPREV



**Instituto de Gestão
Previdenciária do Município de
Petrolina**

Política de Investimentos 2013

Elaborado por PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.



TERMO DE RESPONSABILIDADE

No presente documento encontram-se as diretrizes para guiar o processo de investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Município de Petrolina – IGEPREV.

A elaboração desta Política de Investimentos visa a, além de atender as exigências legais de acordo com a Resolução do CMN nº 3.922/2010, propiciar um instrumento de orientação e controle para os procedimentos envolvendo os investimentos do IGEPREV.

Essa Política de Investimentos se baseia em dados e informações fornecidos pelo Instituto, não sendo sua consultoria responsabilizada pelos dados e informações utilizados.

Ao longo do documento, utilizam-se previsões de cenários projetados pelo mercado, segundo o Relatório Focus do Banco Central. Todos os cenários utilizados são de responsabilidade do IGEPREV.

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Objetivos	5
3. Meta Atuarial	6
4. Obrigações dos Gestores do RPPS	7
4.1 Seleção de Ativos e Produtos de Investimentos	9
5. Estrutura da Gestão dos Ativos	10
5.1 Modelo de Gestão	10
5.2 Contratação de Consultoria	10
5.3 Administradores de Fundos de Investimentos	10
5.4 Gestores de Fundos de Investimentos	12
5.5 Agente Custodiante	13
6. Estratégia de Alocação dos Recursos	14
6.1 Segmentos de Aplicação	14
6.1.1 Segmento de Renda Fixa	14
6.1.2 Segmento de renda Variável	15
6.1.3 Segmento Imóveis	17
6.1.4 Vedações	17
6.2 Alocação-Objetivo	18
6.3 Limites Legais e Ideais de Aplicação	18
6.3.1 Limites de aplicações por segmentos e classes de ativos	18
6.3.2 Limites Adicionais de Aplicação	19
6.3.2.1 Segmento de Renda Fixa	19
6.3.2.2 Segmento de Renda Variável	20
6.3.2.3 Limites Gerais	20
7. Precificação e Marcação dos Ativos	21
8. Classificação e Controle dos Riscos de Gestão	22
8.1 Risco de Mercado	22
8.2 Risco de Crédito	22
8.3 Risco de Liquidez	23
9. Cenário Econômico para o exercício de 2013	24
10. Disposições Gerais	25
11. Demonstrativo da Política de Investimentos 2013	26



1. INTRODUÇÃO

Consoante o artigo 4º da Resolução 3.922, de 25 de novembro de 2010, emanada do Conselho Monetário Nacional, é dever dos responsáveis pela gestão do RPPS, antes do exercício a que se referir a definição da Política Anual de aplicação dos recursos. Nela, devem ser acima de tudo contemplados, o modelo de gestão a ser adotada, a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimento, os parâmetros de rentabilidade perseguidos, além dos limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

No âmbito da citada Resolução é considerado recursos, as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital, os demais ingressos auferidos pelo RPPS, as aplicações financeiras, os títulos e valores mobiliários, os ativos vinculados por lei e demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do RPPS.

Já o artigo 5º, reza que para que possa vigorar, a mencionada política deve ser previamente aprovada pelo órgão superior competente.

Portanto, esta Política de Investimentos descreve, em linhas gerais, a filosofia e as práticas que norteiam a gestão dos ativos do IGEPREV e tem como pilar básico a legislação a ela aplicada.



2. OBJETIVOS

O principal objetivo da Política de Investimentos do IGEPREV é o de ilustrar, em linhas gerais, as diretrizes relativas à gestão de suas finanças, de forma que ao atingir e se possível superar a meta atuarial definida para o seu equilíbrio econômico e financeiro ao longo do tempo, possa garantir o efetivo pagamento dos seus segurados e pensionistas.

Procura-se através deste documento assegurar o claro entendimento não só dos gestores, segurados e pensionistas, como também dos provedores externos de serviços, além dos órgãos reguladores, dos objetivos e restrições quanto aos investimentos do Instituto.

Objetiva-se também com a Política de Investimentos, observados os fatores de liquidez, segurança, rentabilidade e transparência, o estabelecimento de critérios objetivos e racionais na avaliação das classes de ativos, dos gestores externos e custodiantes de carteiras de títulos públicos e de fundos de investimento, além das estratégias empregadas de modo a diversificar a carteira, como forma de redução dos riscos.

Portanto, por meio deste instrumento definem-se os critérios, procedimentos e limites estabelecidos para a aplicação dos ativos financeiros, levando-se em consideração:

- (a) as normas legais que regulamentam os RPPS;
- (b) os objetivos do IGEPREV consonante as obrigações futuras apontada no cálculo atuarial;
- (c) o perfil de investimento de médio e longo prazo e o apetite por risco;
- (d) as perspectivas econômicas para os próximos anos.



3. META ATUARIAL

Os investimentos financeiros do IGEPREV serão realizados em 2013 de forma a se obter retorno igual, ou se possível superior, à variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Conforme os cálculos atuariais vigentes, esta é a meta definida.

4. OBRIGAÇÕES DOS GESTORES DO RPPS

Conforme o artigo 3º da Portaria nº 519 editada pelo Ministério da Previdência Social em 24/08/2010, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS, além das obrigações previstas em Resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) dispendo sobre as aplicações dos recursos dos RPPS, devem observar as seguintes:

I - quando as aplicações de parte ou da totalidade dos recursos do IGEPREV não forem realizadas pelos responsáveis pela sua gestão e sim por intermédio de entidade autorizada e credenciada para tal, realizar processo seletivo e submetê-lo à instância superior de deliberação, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros;

II - exigir da entidade autorizada e credenciada, mediante contrato, no mínimo mensalmente, relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e risco das aplicações;

III - realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de desempenho insatisfatória;

IV - zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos operados pelo RPPS, bem como pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações;

V - elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;

VI - assegurar-se do desempenho positivo de qualquer entidade que mantiver relação de prestação de serviço e ou consultoria ao RPPS nas operações de aplicação dos recursos do RPPS;

VII - condicionar, mediante termo específico, o pagamento de taxa de performance na aplicação dos recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento, ou por meio de carteiras administradas, ao atendimento, além da regulamentação emanada de órgãos competentes, especialmente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), no mínimo, dos seguintes critérios:

- a) que o pagamento tenha periodicidade mínima semestral ou que seja feito no resgate da aplicação;
- b) que o resultado da aplicação da carteira ou do fundo de investimento supere a valorização do índice de referência;
- c) que a cobrança seja feita somente depois da dedução das despesas decorrentes da aplicação dos recursos, inclusive da taxa de administração; e
- d) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o componha.

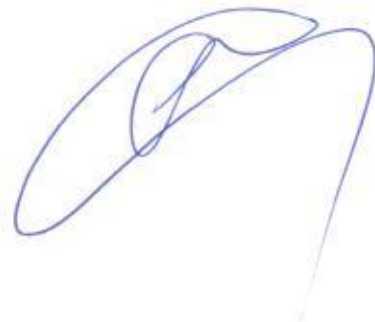
VIII - disponibilizar aos seus segurados e pensionistas as informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de trinta dias, contados da data de sua aprovação.

Ainda sobre a taxa de performance, o artigo 4º veda o seu pagamento quando o resultado do valor da aplicação for inferior ao seu valor nominal inicial ou ao valor na data da última cobrança.

O artigo 5º reza que a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a Portaria e a Resolução do CMN disposta sobre as aplicações dos recursos dos RPPS deverá permanecer à disposição dos órgãos de supervisão competentes.

4.1 SELEÇÃO DE ATIVOS E PRODUTOS DE INVESTIMENTOS

São da competência dos gestores do IGEPREV, assessorados pelo Comitê de Investimentos, a seleção, acompanhamento e avaliação do desempenho de ativos e produtos financeiros que integrarão a carteira do Instituto.



5. ESTRUTURA DA GESTÃO DOS ATIVOS

5.1. MODELO DE GESTÃO

Conforme o Art.15, § 1º, I da Resolução 3.922/2010 a gestão das aplicações dos RPPS poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada ou mista.

Em atendimento a norma, a gestão dos recursos financeiros do IGEPREV será **PRÓPRIA**.

Caracteriza-se como gestão própria dos recursos, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do RPPS.

5.2. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

Na seleção, acompanhamento e avaliação do desempenho de ativos e de produtos de investimento, os gestores do IGEPREV, serão auxiliados por Consultoria de Valores Mobiliários, especialmente contratada para esta finalidade, que elaborará relatórios trimestrais para avaliação do desempenho da carteira e dos veículos de investimentos do Instituto.

A mencionada consultoria deverá ser registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e autorizada pelo CORECON (Conselho Regional de Economia) para o exercício da atividade.

5.3 ADMINISTRADORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução 3.922 do CMN, a única classe de ativos passível de aquisição direta pelos RPPS é a representada pelos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Além dos depósitos de poupança em instituições financeiras de baixo risco de crédito, a alternativa possível de investimento dos RPPS é através de fundos de investimento de diferentes classes de ativos, rendimentos e riscos.

Ao cadastrar e selecionar os administradores, gestores e conseqüentemente os fundos de investimento adequados aos RPPS, o IGEPREV estará tendo acesso a produtos que possibilitam a diversificação dos seus recursos financeiros, através de estruturas competentes na análise e seleção de ativos e produtos de renda fixa e variável, na avaliação dos riscos de crédito e de mercado envolvidos e na construção de cenários macroeconômicos. Não há limite para a quantidade de administradores e gestores a serem cadastrados e selecionados.

Conforme a Instrução CVM nº 409 de 18/08/2004, a administração de fundo de investimento compreende o conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do fundo, que podem ser prestados pelo próprio administrador ou por terceiros por ele contratados por escrito, em nome do fundo.

Além do serviço obrigatório de auditoria independente, o administrador poderá contratar, em nome do fundo, os seguintes serviços, com a exclusão de quaisquer outros não listados:

- (a) a gestão da carteira do fundo;
- (b) a consultoria de investimentos;
- (c) as atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários;
- (d) a distribuição de cotas;
- (e) a escrituração da emissão e resgate de cotas;
- (f) a custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros; e
- (g) a classificação de risco por agência especializada constituída no país.

Os contratos firmados referentes aos serviços previstos nos itens a, c, e, bem como o g deverão conter cláusula que estipule a responsabilidade solidária entre o administrador do fundo e os terceiros contratados pelo fundo,

por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude das condutas contrárias à lei, ao regulamento e aos atos normativos expedidos pela CVM.

Independentemente da responsabilidade solidária acima referida, o administrador responde por prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que der causa, sempre que agir de forma contrária à lei, ao regulamento do fundo e aos atos normativos expedidos pela CVM.

Caso o administrador não seja credenciado pela CVM como prestador de serviço de custódia de valores mobiliários, o fundo deve contratar instituição credenciada para esta atividade.

5.4 GESTORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A gestão da carteira de fundo de investimento é a gestão profissional, conforme estabelecido no seu regulamento, dos títulos e valores mobiliários dela integrantes, desempenhada por pessoa natural ou jurídica credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, tendo o gestor poderes para negociar, em nome do fundo de investimento, os referidos títulos e valores mobiliários.

Na avaliação periódica de gestores de fundos de investimento, além do desempenho dos produtos geridos, serão também consideradas:

- (a) a transparência no processo de gestão dos produtos;
- (b) a existência de estrutura de gestão segregada de outras áreas da instituição com atividades conflitantes (*chinese wall*);
- (c) a consistência na atividade de gestão de produtos de investimento, de acordo com o regulamento definido para cada produto;
- (d) e o rating da instituição gestora, dos fundos de investimento por ela geridos, dos ativos que os compõe e de seus emissores, quando for o caso.

Compete aos gestores previamente cadastrados e selecionados o envio sempre em tempo hábil ao IGEPREV, a documentação atualizada relativa ao

regulamento e ao perfil dos produtos escolhidos para investimento e das movimentações realizadas pelo Instituto.

Deverão também informar ao IGEPREV, por escrito, a ocorrência de qualquer alteração significativa na filosofia de investimento, a perda de um ou mais funcionários chave na gestão dos recursos, mudanças na estrutura societária da instituição gestora, enfim qualquer evento ou fato que possa impactar na qualidade da gestão ou na integridade dos investimentos realizados pelo Instituto.

5.5 AGENTE CUSTODIANTE

Relativamente à custódia de títulos e valores mobiliários, reza a Resolução 3.922/2010 do CMN, artigo 17, que salvo para as aplicações realizadas por meio de fundos de investimento, a atividade de agente custodiante, responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e variável, deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na CVM.

O IGEPREV poderá contratar instituição financeira capacitada como agente custodiante e na sua avaliação anual será levada em consideração:

- (a) a qualidade do atendimento;
- (b) a qualidade dos serviços prestados;
- (c) a sua diligência na resolução de problemas e atendimento a demandas;
- (d) a sua competitividade quanto às taxas cobradas;
- (e) e a sua regularidade no envio e a fidelidade das informações prestadas nos relatórios.



6. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A estratégia de alocação dos recursos do RPPS contempla os segmentos de aplicação apresentados abaixo, bem como as classes de ativos apresentadas na Tabela 1, conforme reza a Resolução 3.922/2010 do CMN.

6.1. SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os recursos do IGEPREV, conforme a legislação em vigor serão alocados nos seguintes segmentos:

- (a) Renda fixa;
- (b) Renda variável;
- (c) Imóveis.

6.1.1 Segmento de Renda Fixa

Neste segmento, os recursos do RPPS serão aplicados em carteira própria de títulos de emissão do Tesouro Nacional, em operações compromissadas com lastro exclusivamente nesses títulos do Tesouro Nacional, em caderneta de poupança ou em fundos de investimento. É admitida a aplicação em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento que trata a legislação.

Os tipos de fundos de investimento inseridos neste segmento e que podem receber recursos dos RPPS são:

- 1) Fundos de Investimento 100% Títulos Públicos: constituídos sob a forma de condomínio aberto, têm a sua carteira formada exclusivamente por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Os principais títulos emitidos e negociados no mercado atualmente são a

Nota do Tesouro Nacional-série B (NTN-B) e a Letra Financeira do Tesouro (LFT).

- 2) Fundos de Investimento de Renda Fixa: são fundos abertos cujas carteiras são compostas por títulos de renda fixa públicos ou privados. Os limites de aplicação são mais generosos em relação aos fundos que possuem na sua composição títulos com baixo risco de crédito e mais restritivos onde o risco de crédito for maior.

- 3) Fundos de Investimento em Direitos Creditórios: também conhecidos como FDIC's, têm a sua carteira composta por títulos ou operações de crédito originadas nos setores financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de serviços. Podem ser constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado. Se for aberto, o resgate de cotas será conforme o estabelecido no regulamento e se for fechado, o resgate de cotas será só no encerramento do fundo ou de cada série ou classe de cota. Há a possibilidade de amortização de cotas e de liquidação antecipada do fundo. É um produto destinado ao investidor de longo prazo.

Os índices de referência a serem utilizados pelos fundos do segmento de Renda Fixa são: os índices de preços IPCA ou INPC, acrescido de cupom de juros, os índices IMA ou IDkA e o CDI, conforme o perfil do fundo.

Na tabela 1 são apresentados os limites legais de diversificação.

6.1.2 Segmento de Renda Variável

No segmento de renda variável, os recursos dos RPPS serão aplicados em fundos de investimento em ações, fundos de investimento multimercados, fundos de investimento em participações e fundos de investimento imobiliário. É admitida a aplicação em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, desde que seja possível identificar e demonstrar que os

respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento que trata a legislação.

Os tipos de fundos de investimento inseridos neste segmento e que podem receber recursos dos RPPS são:

- 1) Fundos de Investimento em Ações: constituídos sob a forma de condomínio aberto, são compostos por ações ou índices de ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Por serem mais voláteis, esses fundos exigem habilidades específicas dos gestores quer na escolha das ações que integrarão suas carteiras, como na escolha do momento mais adequado de comprá-las ou vendê-las. Podem ser referenciados nos índices Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.
- 2) Fundos Multimercado: constituídos sob a forma de condomínio aberto, são fundos com diferentes perfis que podem atuar nos mercados de câmbio, commodities, ações, taxa de juros, índices de preços, etc. Ou seja, procuram obter retorno atuando em diferentes mercados e assumindo riscos maiores ou menores conforme a estratégia do gestor e as condições dos mercados. Na sua maioria, adotam o CDI como referencial.
- 3) Fundos de Investimento em Participações: constituídos sob a forma de condomínio fechado, destinam parte significativa dos seus recursos para a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. São caracterizados, principalmente, pela participação ativa na administração das empresas em que investem, seja ela de capital aberto ou fechado. São referenciados em índice de ações ou em índice de inflação acrescido de um cupom juros.

- 4) Fundos de Investimento Imobiliário: têm como objetivo aplicar seus recursos em ativos que tenham base imobiliária. Ou seja, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, em imóveis prontos, em direitos a eles relativos, em ações do segmento imobiliário, etc. Podem ser referenciados no Índice BM&FBovespa-IMOB, por exemplo. Para que possam captar recursos dos RPPS, devem ter as suas cotas negociadas em bolsa de valores.

Na tabela 1 são apresentados os limites legais de diversificação.

6.1.3 Segmento Imóveis

As aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS, que poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.

6.1.4 Vedações

De acordo com a Resolução 3.922/2010 do CMN é vedado aos RPPS:

- (a) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativo gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- (b) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- (c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- (d) Praticar operações denominadas *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de

negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo RPPS e;

- (e) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3.922/2010.

6.2. ALOCAÇÃO-OBJETIVO

Após a análise da carteira de investimentos do IGEPREV e considerado o cenário econômico financeiro para 2013, elaborados por consultoria contratada, foi definida uma Alocação-Objetivo para ser executada pelo Instituto até o fim do ano referência.

6.3. LIMITES LEGAIS E IDEAIS DE APLICAÇÃO

Na Tabela 1 a seguir, além dos limites legais são apresentados os limites ideais com base na Alocação-Objetivo.

6.3.1. Limites de aplicações por segmentos e classes de ativos

A tabela 1 apresenta os limites de aplicação por segmento e por classe de ativo, autorizados pela Resolução 3.922 do CMN.



Tabela 1

Segmento	Classe de Ativo	Limite Mínimo	Limite Máximo	Limite Ideal
Renda Fixa Limite máximo de 100%	I - Títulos de Emissão do Tesouro Nacional registrados no SELIC e/ ou cotas de fundos de investimento que apliquem exclusivamente em Títulos Públicos que sejam indexados por algum dos subíndices IMA ou o IDKA	0%	100%	30,00%
	II - Operações compromissadas lastreadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional	0%	15%	0,00%
	III - Cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, indexados a um dos sub-índice IMA ou IDKA, com exceção de qualquer sub-índice atrelado à taxa de juros de um dia	0%	80%	15,00%
	IV - Cotas de fundos de investimento de renda fixa ou referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa	0%	30%	10,00%
	V - Depósitos de poupança em instituição financeira considerada como de baixo risco de crédito	0%	20%	0,00%
	V - fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC's), constituídos sob a forma de condomínio aberto	0%	15%	10,00%
	VII - Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado ou cotas de fundos de investimento de renda fixa, referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa e denominados de "crédito privado"	0%	5%	5,00%
Renda Variável Limite máxima de 30%	I - Cotas de fundos de investimento em ações classificados como referenciados no Ibovespa, IBrX, e IBrX-50	0%	30%	5,00%
	II - Cotas de fundos de índices referenciados no Ibovespa, IBrX ou IBrX-50	0%	20%	
	III - Cotas de fundos de investimento em ações que se investirem em fundos de índice, esses devem estar referenciados no Ibovespa, IBrX ou, IBrX-50	0%	15%	10,00%
	IV- Cotas de fundos de investimento multimercado, sem alavancagem	0%	5%	5,00%
	V- Cotas de fundos de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado	0%	5%	5,00%
	VI - Cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores	0%	5%	5,00%
Total				100%

6.3.2. Limites Adicionais de Aplicação

6.3.2.1 Segmento de Renda Fixa

- (a) excetuando-se os títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e os depósitos de poupança, os regulamentos dos fundos selecionados pelo RPPS para aplicação deverão determinar que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controlada, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de **20%** (vinte por cento).
- (b) os regulamentos dos fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto ou

fechado que forem selecionados pelo RPPS para aplicação deverão determinar que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controlada, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de **20%** (vinte por cento).

- (c) as aplicações feitas pelo RPPS em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado ou ainda em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham a denominação "crédito privado", não excederá **15%** (quinze por cento) do total das aplicações do Instituto.

6.3.2.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações previstas neste segmento, cumulativamente, estão limitadas a **30%** (trinta por cento) da totalidade das aplicações do RPPS e aos limites de concentração por emissor conforme regulamentação editada pela CVM.

6.3.2.3 Limites Gerais

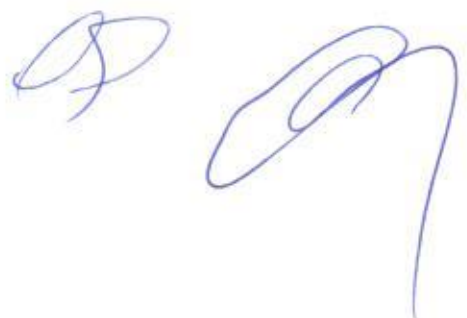
- a) as aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento apresentados nas classes III e IV do segmento de renda fixa na Tabela 1, bem como na classe I do segmento de renda variável da mesma tabela, não podem exceder **20%** (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS.
- b) O total das aplicações dos recursos do RPPS em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, **25%** (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo. Este limite é facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo.

7. PRECIFICAÇÃO E MARCAÇÃO DOS ATIVOS

Na existência de carteira própria de títulos de emissão do Tesouro Nacional, compete ao responsável pela gestão do IGEPREV observar as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos. A finalidade é a de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação e para a marcação a mercado dos mencionados títulos. Caso a gestão da mencionada carteira seja feita por entidade autorizada e credenciada, deve a gestão do Instituto exigir que a marcação a mercado dos referidos títulos seja efetuada pelo gestor.

Em relação aos fundos de investimento, por serem geridos externamente, cabe primariamente aos seus gestores observar os critérios de precificação dos ativos respeitando as normas pré-estabelecidas pelo mercado e pela legislação vigente.

De forma geral, o IGEPREV estabeleceu o critério de marcação a mercado dos ativos, não importando o veículo de investimento.



Para avaliar o risco de crédito a que o IGEPREV estará sujeito nos investimentos que realizar, fundamentará as suas decisões em avaliações de crédito (*ratings*) elaboradas pelas seguintes agências:

- a) Fitch Ratings;
- b) Moody's Investor;
- c) Austin Rating;
- d) Standard & Poor's;
- e) SR Rating.

Na hipótese de que determinado investimento realizado pelo IGEPREV exija classificação de risco de crédito, será considerado aquele que tenha baixo risco conforme os padrões de avaliação das agências acima.

8.3 RISCO DE LIQUIDEZ

É o risco associado à existência de compradores e vendedores de determinado ativo ao longo do tempo. Em mercados de baixa liquidez, para que haja a possibilidade de negociação de determinado ativo pode ser necessário abrir mão do preço pretendido.

Para mitigar este risco, o IGEPREV mantém percentual adequado de seus recursos financeiros em ativos de liquidez imediata, tendo em vista os seus compromissos no curto e médio prazo.



8. CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DOS RISCOS DE GESTÃO

Qualquer que seja o modelo de gestão, os riscos a que está sujeita estão classificados abaixo e é preocupação constante do IGEPREV o seu continuado monitoramento.

8.1 RISCO DE MERCADO

É o risco a que todas as modalidades de aplicações financeiras estão sujeitas. Derivam das incertezas quanto ao resultado de um investimento dadas as oscilações nas taxas e preços, em decorrência das mudanças nas condições de mercado.

Para o seu controle, são apuradas as volatilidades das diferentes classes de ativos a que a carteira do IGEPREV está exposta.

Com base neste critério, podem ser monitorados, além dos fatores de risco com maior impacto na carteira, os valores financeiros envolvidos.

Cabe também destacar a importância do monitoramento da correlação entre diferentes mercados, como forma de antecipar os impactos na carteira do Instituto.

Para otimizar os resultados obtidos pela gestão da carteira de ativos podem ser geradas fronteiras eficientes, onde serão evidenciados os retornos possíveis dados determinados graus de risco.

Através do Índice de Sharp, pode também ser avaliado o retorno da carteira frente ao fator risco.

8.2 RISCO DE CRÉDITO

É o risco conhecido como institucional ou de contraparte. É quando há a possibilidade de que o emissor ou garantidor de determinado ativo, não honre as condições e prazos pactuados e contratados com o investidor.

9. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Embora a conjuntura econômico-financeira internacional adicione um significativo grau de incerteza nas expectativas dos agentes de mercado, o cenário predominante, captado através do Relatório Focus, do Banco Central indica redução na taxa de juros básica, inflação controlada dentro dos limites da meta da Instituição, taxa de câmbio relativamente estável e boa taxa de crescimento do PIB.

Tal contexto, se confirmado pode também significar recuperação no valor das ações negociadas na Bovespa.

Indicador	Mediana		
	2012	2013	2014
IPCA (%)	5,44	5,42	5,34
INPC (%)	5,79	5,31	5,20
IGP-M (%)	8,37	5,13	5,00
Crescimento do PIB (%)	1,54	4,00	4,00
Taxa de Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$)	2,01	2,01	2,00
Taxa Over SELIC - Fim do Período (% a.a)	7,25	8,00	9,00

Fonte: Relatório Focus – Expectativas de Mercado (19/10/2012): <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>


10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- (a) A Política de Investimentos terá vigência por um ano, a contar da data de início do exercício a que se refere.
- (b) A Política de Investimentos e suas eventuais revisões serão disponibilizadas para a consulta dos interessados, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração do IGEPREV, através do seu site na Internet, do Diário Oficial do Município, além de outros canais de comunicação.
- (c) Reuniões extraordinárias do Conselho de Administração serão realizadas, sempre que as condições vigentes no mercado financeiro e de capitais ou mudanças no arcabouço legal impuserem alterações na Política de Investimentos do IGEPREV.
- (d) Integra a Política de Investimentos do IGEPREV, cópia da Ata da reunião de sua aprovação, devidamente assinada pelos participantes.

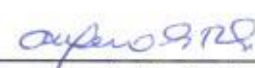


11. DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
(ANEXO I)

Petrolina/PE, 19 de dezembro de 2012.

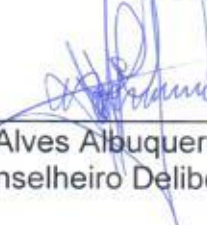


Emmanuel Ferro Albuquerque
Diretor Presidente




Antônio Carlos Rocha
Presidente do Conselho Deliberativo


Walter Pereira Caldas
Conselheiro Deliberativo



José Alves Albuquerque Neto
Conselheiro Deliberativo



Clodoaldo da Silva Barbosa
Conselheiro Deliberativo



Tadeu Plínio da Silva
Conselheiro Deliberativo



Cidivane Torres da Silva
Conselheira Deliberativa